



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
**COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RIOTRILHOS

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais-R\$)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS situada na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 493 – Copacabana - Rio de Janeiro – RJ, é uma sociedade de economia mista, vinculada a Secretaria de Estado de Transporte, resultante da cisão parcial da Companhia do Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro – METRÔ, que teve como data base 25/04/2001, homologada consoante Assembléia Geral Extraordinária – AGE, datada de 25/05/2001, na forma dos Decretos Estaduais n°s 27.898, de 09 de março de 2001 e 28.313, de 11 de maio de 2001, sendo suas atividades básicas as de planejar, projetar e fiscalizar a construção e implantação de sistemas de transporte sobre trilhos ou guiados no Estado do Rio de Janeiro, com vistas à concessão do referido serviço público ou à formação de parcerias público-privadas/PPP's e atuar como representante técnico do poder concedente nessas matérias.

A operação do sistema esta sendo realizada pela Opportrans Concessão Metroviária, (nova Razão Social Concessão Metroviária Rio de Janeiro SA - METRO RIO - INVEPAR, desde 05 de abril de 1998, com vigencia até 27 de janeiro de 2038, conforme o sexto aditivo ao contrato de concessão firmado em 27 de dezembro de 2007.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com as disposições da Lei n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e alterações parciais realizadas pela Lei 11638 de 28/12/2007 e Lei 11941 de 27/05/2009, tendo a companhia adotado igualmente o previsto na Lei n° 4.320/64 e Lei n°287/79 (Contabilidade Pública).

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- A. Ativo Circulante e Não Circulante:** Os bens e direitos apresentados nesse grupo de contas são demonstrados pelos valores realizados na data do balanço, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações cambiais e monetárias incorridas.
- B. Resultado do exercício:** É apurado pelo regime contábil de competência de exercícios.
- C. Investimento:** Compreende basicamente o custo de aquisição de terrenos utilizados por terceiros, de forma de comodato, por não serem necessários à atividade operacional da RIOTRILHOS.
- D. Imobilizado:** Os bens classificados no Imobilizado estão registrados aos custos de aquisição ou construção corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bens, sendo diretamente computada no resultado do exercício considerando as taxas anuais que variam de acordo com a vida útil econômica dos bens, determinadas segundo estudos técnicos especializados.
- E. Passivo Circulante e Não Circulante:** As obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis na data do balanço, acrescidas, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incidentes sobre os mesmos.

NOTA 4 – CRÉDITOS E VALORES REALIZÁVEIS À CURTO PRAZO

Estão representados por créditos resultantes da cisão do METRÔ, ocorrida em 2001, e ainda não realizados por valores a receber de permissionários e empregados cedidos a pórgãos não detentores do Tesouro estadual e pelo montante disponibilizado pelo Tesouro Estadual, decorrente de repasses orçamentários, referentes a valores empenhados liquidados e não pagos, nos termos da Portaria da Contadoria Geral do Estado – CGE nº 163, de 11 de janeiro de 2013.

NOTA 5 – REALIZÁVEL À LONGO PRAZO

Referem-se principalmente a depósitos e cauções constituídos em garantia dos financiamentos obtidos do Tesouro Nacional (vide nota nº 9), efetuados no Banco do Brasil, e que serão abatidos dos montantes relativos ao pagamento das duas últimas parcelas do principal, a serem efetuadas em 2024.

NOTA 6 – IMOBILIZADO

O imobilizado está apresentado como segue:

	2022	Adições	Baixas	2021
Administrativo				
Equipamentos Administrativos	4.984	-	-	4.984
Total Administrativo	4.984		-	4.984
Operacional				
Terrenos e Edifícios	2.147.322	97		2.147.225
Instalações	146.275	-	-	146.275
Equipamentos Operacionais	425.520			425.520
Equipamentos e mat. Permanente	11704	22		11.682
Custo Corrigido	2.730.821	119		2.730.702
Total Operacional	2.735.805	119		2.735.686
Obras em Andamento	9.618.543			9.618.543
Correção Monetária-	1.943.663	-	-	1.943.663
Depreciação Acumulada	(2.319.326)	(66.890)		(2.252.436)
Total do Imobilizado	11.978.685	(66.771)		12.045.456

Os bens que compõem o ativo imobilizado são depreciados as seguintes taxas anuais:

Natureza	Tempo de Vida útil	Taxa Anual %
Via Permanente	20	5,00
Sinalização - Equipamentos de Via	50	2,00
Sinalização - Equipamentos de Carros	35	2,86
Energia Primária - Subestações	50	2,00
Estações em Nível/Edifícios Adm.	60	1,67
Construção Subterrânea	100	1,00
Terceiro Trilho	50	2,00
Sistema de Ventilação	40	2,50
Máquinas e Ferramentas em Geral	10	10,00
Material Rodante - Carros Motores	35	2,86
Material Rodante - Carros em Geral	30	3,33
Móveis e Utensílios	10	10,00

Na rubrica “Obras em Andamento” estão registrados os terrenos, os custos incorridos para implantação dos techos de linha e dos sistemas não concluídos, compreendendo os materiais aplicados e a serem aplicados (materiais de obras e sistemas), os serviços de terceiros e os gastos gerais de apoio administrativos.

Com a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM e o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária Financeira e Patrimonial do Estado do Rio de Janeiro - SIAFE-RIO, o imobilizado teve sua estrutura alterada, pois o SIAFEM e o SIAFE-RIO não utilizam as nomenclaturas específicas do Sistema Operacional de Transporte Metroviário. Entretanto para efeito de controle interno mantivemos a estrutura original dos sistemas.

O montante de 1.943.663 é decorrente da correção monetária Diferença IPC/BTNF (LEI 8200/91 e 332/91) nas contas do imobilizado que deram origem a estas correções monetárias, as quais são amortizadas mensalmente.

O Ativo Imobilizado da Companhia foi incorporado pela transferência patrimonial decorrente da cisão parcial do METRÔ, em 25/05/2001.

NOTA 7 – CREDORES DE CONTRATOS

Essa rubrica é composta, basicamente, de obrigações com construtoras, que atuaram na expansão e consolidação, do sistema metroviário.

Apesar das baixas já realizadas existem ainda alguns acordos celebrados cujas às dívidas correspondentes ainda não foram liquidadas, pois ainda não foram cumpridos todos os tramites operacionais que possibilitassem possíveis acertos contábeis dos valores acordados.

NOTA 8 – OPERAÇÃO DE CRÉDITO - FINANCIAMENTOS

A. TESOIRO NACIONAL

A dívida com o Tesouro Nacional, decorrente de renegociação com credores externos, tem a seguinte composição:

	2022		2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
PRINCIPAL				
Tesouro Nacional				
Bônus Diversos para Plano de Fin./1992	-	88.286	-	94.424
Total do Principal	-	88.286	-	94.434
JUROS E ENCARGOS				
Tesouro Nacional				
Bônus Diversos para Plano de Fin./1992	724	-	626	-
Total dos Juros e Encargos	724	-	626	-
Total Geral	724	88.286	626	94.434

B. Bônus Diversos para Plano de Financiamento 1992

Autorizada pela Resolução nº 98, de 23/12/92 do Senado Federal, a troca da dívida externa brasileira por bônus de emissão da República Federativa do Brasil.

A amortização semestral iniciou-se em 1997 e se estenderá até 2024, incidindo sobre ela variação cambial e juros a taxa flutuante LIBOR semestral, mais spread de 0,8125% e 0,8750% a.a.

NOTA 9 – OBRIGAÇÕES POR CIRCULAÇÃO

Do saldo de R\$ 841.395mil a RIOTRILHOS atualizou no exercício de 2022, as contingências trabalhistas transitadas em julgado referente aos reajustes salariais de seus empregados (direitos pretéritos) e de outros benefícios (ações de cumprimento), obtidos através de dissídios coletivos (anos de 1998, 1999, 2001, 2002 e 2003) e de acordos coletivos do ano 2000 e de ações de cumprimento.

Em 31 de dezembro de 2022 apresentou montante de R\$ 574.266 mil, posição atualizada até esta mesma data-base, perfazendo 68,2516% do montante da rubrica.

NOTA 10 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS – TRABALHISTAS E CIVEIS

As Contingências Trabalhistas, em 31 de dezembro de 2022 em risco provável está registrada em R\$ 211.150 mil e foram constituídas com base nos processos judiciais trabalhistas e na expectativa da administração da Companhia e de seus assessores jurídicos, considerando em risco possível o montante de R\$ 52.921 mil.

As contingências Cíveis em 31 de dezembro de 2022 em risco provável de R\$ 28.819 mil foram constituídas com base em processos judiciais cíveis e na expectativa da administração da Companhia e de seus assessores jurídicos, considerando em risco possível o montante de R\$ 33.105 mil.

NOTA 11 - CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 5.653.397 mil, constituído de 10.642.444.970 ações, sendo 10.288.111.589 de ações ordinárias e 354.333.381 de ações preferenciais, sem valor nominal distribuída entre os acionistas, como segue:

	LOTES DE AÇÕES 2022		LOTES DE AÇÕES 2021	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
ESTADO DO RIO DE JANEIRO				
Ordinárias	9.818.650.394	92,26	9.818.650.394	92,26
UNIÃO FEDERAL				
Ordinárias	335.954.609	3,16	335.954.609	3,16
Preferenciais	354.333.381	3,33	354.333.381	3,33
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO				
Ordinárias	133.506.586	1,25	133.506.586	1,25
TOTAL	10.642.444.970	100	10.642.444.970	100

A parcela de adiantamento para aumento de capital monta em R\$ 1.900.147 mil, que deverá ser submetida à aprovação quando da realização da Assembléia Geral de Acionistas, para fins de capitalização e ou compensação de prejuízos acumulados.

NOTA 12 – SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

Apartir de 2008 a RIOTRILHOS passou a reconhecer como receitas diferidas as subvenções de investimentos recebidas do Governo Estadual, através da Circular SUNOT/CGE nº 03/2009, com base na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1143 de 21 de novembro de 2008. Tais receitas serão reconhecidas como receita do exercício ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação.

Para 31 de dezembro de 2022, as receitas diferidas montam em R\$ 9.964.666 mil.

NOTA 13 – SEGUROS

A política preventiva de seguros do patrimônio operacional da Companhia, esta sob a responsabilidade da Concessão Metroviária Rio de Janeiro SA- METRO-RIO, conforme estabelecido no contrato de concessão.

Os prédios administrativos estão cobertos por apólices de seguros contratados contra incêndio no valor de R\$ 27.853 mil.

NOTA 14 – CONTINUIDADE OPERACIONAL

A continuidade operacional da Companhia esta garantida por avais do Governo Estadual prestado junto aos bancos e demais instituições credoras, e pelo repasse de recursos a título de subvenção, que o Estado do Rio de Janeiro vem alocando à Companhia.

No exercício de 2022, foram repassados recursos da ordem de R\$ 56.199 mil pelo Governo Estadual para custeio e investimento.

NOTA 16 – LEI 12973/2014

A Companhia nesse momento não tem condições de estimar os reflexos que a Lei 12.973/2014, vez que poderá trazer em razão da complexidade das alterações por ela introduzidas, que trata, inclusive, do reconhecimento das subvenções para investimento e recuperabilidade dos ativos.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis levantadas
Em 31 de dezembro de 2022.**

RAFAEL MACHADO QUARESMA
Diretor-Presidente

DILSON DE ALMEIDA LYRA
Vice-Presidente

MARCO AURÉLIO JABOUR BRUNET
Diretor de Administração e Finanças

AZENIL DE CARVALHO SILVA
Diretor de Patrimônio e Controle

GUSTAVO DE OLIVEIRA PINTO
Diretor de Engenharia

RODRIGO CASTANHEIRA SANTOS
Gerente do Departamento Financeiro

DELMA SANTIAGO SODRÉ
Analista Especial de Controle Interno
Contador- CRC – RJ 044262/O-9